

INSTITUIÇÕES PRIVADAS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO AMAZONAS

PRIVATE INSTITUTIONS IN THE PUBLIC EDUCATION NETWORK IN AMAZONAS

INSTITUCIONES PRIVADAS EN LA RED PÚBLICA DE ENSEÑANZA EN AMAZONAS

Fernanda Feitosa Barata¹

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Rudervania da Silva Lima Aranha²

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Resumo

Este artigo visa compreender as relações entre o público e o privado na educação no Amazonas, tendo como base os documentos de instituições privadas decorrentes de acordos com o setor público. A importância deste estudo justifica-se pelo conhecimento da realidade sobre os problemas educacionais na rede pública e as relações de parceria com o setor privado, considerando uma suposta *melhoria* para a educação municipal no estado do Amazonas. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada por meio de uma análise documental, com uma revisão bibliográfica fundamentada em diversos autores, promovendo uma reflexão e problematização dessas ideias e concepções apresentadas. Os resultados indicam que, no que se refere às parcerias público-privadas no estado do Amazonas, um exemplo relevante é o financiamento do BID no PADEAM, que revela a participação de empresas privadas na prestação de serviços educacionais, evidenciando a forte influência do capital. Constatou-se que as parcerias público-privadas, por meio de programas como o PADEAM, empregam diversos discursos que promovem a competitividade entre os indivíduos. O neoliberalismo defende que o indivíduo é responsável por suas conquistas, promovendo a ideia de *meritocracia* nas escolas.

Palavras-chave: Relações público-privadas; Educação; Amazonas.

Abstract

This article seeks to understand the relationship between public and private education in Amazonas, based on the documents of private institutions resulting from agreements with the public sector. The importance of this study is justified by the knowledge of the reality of the educational problems in the public network and the partnership relations with the private sector, considering a supposed "improvement" for municipal education in the state of Amazonas. Methodologically, the research was carried out through a documentary analysis, with a bibliographical review based on various authors, promoting reflection and problematization of these ideas and conceptions presented. The results indicate that, with regard to public-private partnerships in the state of Amazonas, a relevant example is the IDB's funding of PADEAM, which reveals the participation of private companies in the provision of educational services, highlighting the strong influence of capital.

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas –UFAM. E-MAIL: fernandafeitosauf@gmail.com. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1619514228708543>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4515-9711>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. E-MAIL: rudervania.aranha@ufam.edu.br. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3340541920535518>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7111-0720>.

It was found that public-private partnerships, through programs such as PADEAM, employ various discourses that promote competitiveness among individuals. Neoliberalism argues that individuals are responsible for their achievements, promoting the idea of “meritocracy” in schools.

Keywords: Public-private relations; Education; Amazonas.

Resumen

Este artículo busca comprender la relación entre los sectores públicos y privados en la educación en Amazonas, a partir de los documentos de instituciones privadas resultantes de convenios con el sector público. La importancia de este estudio se justifica por el conocimiento de la realidad de los problemas educativos en la red pública y las relaciones de asociación con el sector privado, considerando una supuesta “mejora” para la educación municipal en el estado de Amazonas. Metodológicamente, la investigación se llevó a cabo a través de un análisis documental, con una revisión bibliográfica basada en diversos autores, promoviendo la reflexión y problematización de estas ideas y concepciones presentadas. Los resultados indican que, con relación a las asociaciones público-privadas en el estado de Amazonas, un ejemplo relevante es la financiación del PADEAM por el BID, que revela la participación de empresas privadas en la prestación de servicios educativos, destacando la fuerte influencia del capital. Se constató que las alianzas público-privadas, a través de programas como el PADEAM, emplean diversos discursos que promueven la competitividad entre los individuos. El neoliberalismo argumenta que los individuos son responsables de sus logros, promoviendo la idea de “meritocracia” en las escuelas.

Palabras claves: Relaciones público-privadas; Educación; Amazonas.

INTRODUÇÃO

Este estudo explora as relações público-privadas na educação, com ênfase na introdução das instituições privadas na rede pública de ensino no Amazonas. Seu objetivo principal é investigar as relações do setor público com o setor privado na educação no Amazonas.

É notório que na rede pública de ensino da região Norte existem muitos problemas, muitos deles relacionados à infraestrutura, qualidade do ensino, a escassez de materiais didáticos etc. Devido a isso, houve a busca pela melhoria, expansão e qualidade de ensino, que fez com que houvesse a implementação de programas de iniciativa privada para resolver diversos problemas enfrentados na educação pública do Amazonas.

Considerando os impactos dessa rede de relações público-privadas na educação, que tem gerado questionamentos sobre a real motivação desses acordos e convênios, visto que o setor privado está cada vez mais organizado para dar direção às políticas públicas. No entanto, podemos entender que o setor privado mercantil, organizado ou não em redes, não representa uma mera abstração. Ele é composto e operado por indivíduos e grupos com um projeto de classe, fazendo parte de uma ofensiva histórica do capital, com particularidades no período atual do capitalismo (Peroni, 2015).

Para Aranha (2017), entendemos que público e privado se manifestam como polos opostos e se revelam nas contradições que emergem nos espaços das lutas de classes,



por meio dos sujeitos histórico-sociais em movimentos concretos. Nesse contexto, consideramos que a denominada parceria com o setor privado, no campo educacional, oculta interesses hegemônicos do grande capital, de forma disfarçada e camuflada, para justificar seus projetos, que estão alinhadas com a ideologia da política neoliberal (Aranha; Oliveira, 2018a).

A partir destas reflexões iniciais, chegamos à seguinte questão: *Quais as consequências para a educação causadas devido ao adentramento de instituições privadas no setor público de ensino?* Diante do exposto, este estudo foi desenvolvido a partir do interesse em compreender as relações do público e privado na educação no Amazonas. Tendo como base os documentos das instituições privadas oriundos dos acordos com o ente público.

Considerando o exposto, justificamos a importância deste estudo devido ao conhecimento da realidade sobre os problemas educacionais na rede pública e as relações de parceria com o ente privado considerando uma suposta *melhoria* para a educação municipal da região norte, tirando assim, a responsabilidade do setor público e delegando esses deveres à rede privada que oculta seus verdadeiros interesses na disputa de projetos societários.

METODOLOGIA

Para realização deste estudo consideramos, inicialmente, a análise das relações do setor privado na rede pública e como ela vem sendo desenvolvida na escola, além de analisar os impactos dessas relações na educação. As fontes de informação serão os documentos e a vasta literatura, sobre a temática em questão. Buscando dar respostas à problemática que motivou essa pesquisa. Este é “[...] um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem” (Franco, 2003, p. 14).

No que se refere ao meio de pesquisa, adotamos uma abordagem qualitativa, sendo utilizado o método dialético e os seus elementos, considerando a interpretação da realidade das escolas público-privada que se fazem presente no Estado do Amazonas. Entende-se que “[...] para Marx, aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produtos da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação” (Lowy, 2003, p. 15).



Trataremos também do elemento da contradição e o da interpretação da totalidade, que vai em busca do entendimento de um todo orgânico, não sendo possível compreender apenas uma dimensão, sem que se perca a sua relação com o conjunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização dessa pesquisa, foram realizadas buscas por leituras em sites de grupos de estudos referente a temática presente, visando trazer a reflexão por meio da vasta literatura, sendo possível assim, entender a real necessidade do que será exposto. Observando o cenário atual, sabemos que ainda há muitas instituições públicas de ensino precarizadas, onde há escassez de verbas para a obtenção de recursos que garantam o acesso e a permanência dos alunos nas escolas de suas regiões, como materiais de cunho educacional, alimentação, além da falta de qualidade de ensino e infraestrutura adequada.

Nesse sentido, observamos relações de redes pública-privadas e o adentramento dessas instituições privadas na rede pública de ensino. Essas empresas privadas enxergam oportunidades de se estabelecerem no que eles entendem ser um mercado rentável (Tonucci, 2022), com justificativas de melhorias de qualidade na educação, essas supostas melhorias escondem interesses dominantes no intuito de conseguir parcerias com as entidades públicas a fim de alcançar o fundo público e fomentar a ideologia neoliberal (Silva; Lima; Oliveira, 2018).

Para Caetano e Peroni (2022), o privado é constituído por entidades individuais e coletivas que desafiam e direcionam seus conteúdos para o interior da escola, entre outras coisas, por meio de lideranças, formação de professores e materiais didáticos. Entidades associadas ao mercado, neoconservadorismo e neofascismo contestam seus projetos sociais na política educacional e na escola. Esses processos de privatização do público têm consequências para o processo de constituição democrática. O foco das mudanças é o Estado empreendedor, que deixa de ser o executor da política social. Ele transfere essa função para o indivíduo, que, por mérito e competitividade, torna-se responsável por seu sucesso ou fracasso. Essa visão empreendedora entende que o fracasso do indivíduo depende do investimento que os cidadãos fazem em si por meio da educação, ou seja, acaba com a exclusão dos problemas sociais (Soares; Trindade; Dolzane, 2024).

Essa lógica pode trazer implicações para a constituição de um planejamento antiautoritário e popular, uma vez que a mudança entre direitos materializados em políticas universais ou a lógica individual do empreendedorismo e cidadão cliente de serviços é profunda e traz consequências para a construção de um projeto democrático (Peroni, 2020).



Conforme o Artigo 213 da Constituição Federal de 1988, os recursos públicos devem ser prioritariamente destinados às escolas públicas, de responsabilidade do governo em termos de propriedade, financiamento e gestão. No entanto, o artigo 213, também estabelece que, por meio de legislação específica, tais recursos podem ser direcionados a outras categorias de instituições educacionais, como as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, se cumprirem os seguintes requisitos: comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação, além de assegurar a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessionais, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades. Entretanto, de acordo com Adrião, Oliveira e Mocarzel (2022), no artigo 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), observava-se a distinção das instituições privadas nas seguintes subcategorias:

- I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II - comunitárias, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade (Redação dada pela Lei no 12.020, de 2009);
- III - confessionais, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; e,
- IV - filantrópicas, na forma da lei (Brasil, 1996, [s.p.]).

Assim, compreende-se que as instituições privadas enquadradas na categoria *particulares em sentido estrito* não necessitavam ser entidades sem fins lucrativos. Em outras palavras, contanto que não se classificassem como comunitárias, confessionais ou filantrópicas, tinham permissão para operar visando obter lucro.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, o Artigo 19 destaca a distinção entre as instituições de ensino em dois grupos: públicas, estabelecidas, financiadas e gerenciadas pelo governo; e privadas, sendo mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Contudo, com a promulgação da Lei Federal 13.868 (Brasil, 2019), houve uma revisão dessas categorias administrativas. Essa lei trouxe uma alteração significativa na LDB (Brasil, 1996), introduzindo uma nova categoria denominada “comunitária” para as instituições de ensino, além das já existentes públicas e privadas, conforme mencionado por Adrião, Oliveira e Mocarzel (2022).



O artigo 20 foi revogado e o artigo 19 entrou em vigor com a seguinte declaração:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

- I públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- III comunitárias, na forma da lei.

§ 1º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas.

§ 2º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem ser certificadas como filantrópicas, na forma da lei (Brasil, 1996, [s.p.]).

Compreender a atualidade requer revisitar acontecimentos históricos, notadamente a chegada da coroa portuguesa em 1808. Isso é fundamental, dado que o sistema educacional brasileiro enfrentava grandes desafios, estando sob responsabilidade da Igreja, especialmente dos jesuítas, que eram encarregados do ensino e contavam com recursos públicos para mantê-lo. Somente com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, passou-se a defender a ideia de uma escola totalmente pública, gratuita, laica e obrigatória. Isso visava proporcionar a todos uma educação igualitária, garantindo oportunidades educacionais iguais para meninos e meninas, eliminando assim os privilégios de gênero e casta. De acordo com Adrião, Oliveira e Mocarzel (2022), os autores do Manifesto de 1959 já apontavam a busca incansável dos defensores do ensino privado por uma fatia dos recursos públicos, o que continua sendo um tema de debate nos círculos políticos e acadêmicos:

Mas, continuando o desdobramento do problema em seus elementos principais, implica essa campanha contra a escola pública, se não é um dos fatores que a desencadearam, um aspecto econômico: constitui praticamente uma larga ofensiva para obter maiores recursos do Estado, do qual se reclama, não aumentar cada vez mais os meios de que necessita o ensino público, mas dessangrá-lo para sustentar, com o esgotamento das escolas que mantêm, as de iniciativa privada. O grave documento a que acima nos referimos apresenta, de fato, como suas linhas mestras (nas palavras insuspeitas e autorizadas de O Estado de S. Paulo), estes três princípios fundamentais: 1) o ensino será ministrado sobretudo pelas entidades privadas e, supletivamente, pelo poder público; 2) o ensino particular não será fiscalizado pelo Estado; 3) o Estado subvencionará as escolas privadas, a fim de que estas possam igualar os vencimentos dos seus professores aos dos professores oficiais. E, como se vê (conclui o grande diário) a instituição, no Brasil, do reinado do ensino livre: livre da



fiscalização do Estado, mas remunerado pelos cofres públicos (Azevedo, 1994, p. 282-283).

No entanto, essa tentativa não obteve sucesso, pois, de acordo com Adrião, Oliveira e Mocarzel (2022, p. 8), “[...] as instituições comunitárias foram fortemente defendidas na Assembleia Nacional Constituinte como instituições necessárias para a educação e outros serviços no país”. Muitas vezes, um rótulo contínuo de filantropia, que serve como moeda eleitoral, é, na realidade, utilizado de forma distorcida e adotado por organizações com fins lucrativos. Em 2007, o Tribunal de Contas da Associação emitiu um relatório analisado em uma reportagem do Jornal do Brasil. O relatório destacou que mais de 5.000 instituições filantrópicas escondiam fins lucrativos:

São impressionantes as revelações da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a atuação irregular de entidades beneficentes. Conforme mostrou reportagem de Sérgio Pardellas, publicada ontem no Jornal do Brasil, mais de 5 mil instituições, entre faculdades, universidades, colégios particulares e hospitais, atuam sob o disfarce da filantropia para obter dividendos. O relatório confirma o descontrole da “pilantropia” no país, espalhadas graças às brechas na legislação e à cumplicidade das autoridades (Jornal do Brasil, 2007, p. 79).

Conforme Aranha e Oliveira (2018b) afirmaram, os resultados apontam claramente para um movimento que visa expandir as instituições privadas no setor educacional. Esse movimento envolve a identificação de novas oportunidades de exploração econômica, mas, ao mesmo tempo, permite a apropriação privada de recursos públicos, sem, no entanto, resultar efetivamente na melhoria da rede escolar pública.

Na cidade de Manaus, situada no estado do Amazonas, é notável o Projeto de Expansão e Melhoria da Rede Pública Municipal de Educação (PROEMEM), no qual se observou que o seu:

[...] período de execução corresponde a cinco anos (2017 a 2021), com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manaus como seu órgão executor. O projeto foi financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de acordo com a Lei Municipal nº 1.882, de 13 de junho de 2014, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de financiamento externo com Organismo Multilateral de Crédito, e com os recursos previstos no orçamento da SEMED (Aranha; Oliveira, 2018a, p. 21).

O PROEMEM surge no cenário da globalização econômica, da hegemonia da ideologia política baseada nos princípios do neoliberalismo e da fusão de ciência, tecnologia



e produtividade incentivada pelo ambiente competitivo do mundo empresarial. Neste contexto, observamos um aumento na presença do setor privado, com destaque para a Fundação Itaú Social (FIS), que implementou o Programa Tutoria Educacional (PTE) para o trabalho dos docentes desta secretaria. (Aranha; Oliveira, 2018b).

Na capital do Amazonas, observam-se organizações privadas hegemônicas na educação, dentre as quais se destacam: A Empresa Águila de Gestão Ltda.; o Instituto Ayrton Senna (IAS); A Fundação Itaú Social; A Fundação Lemann; A Fundação Telefônica Vivo (SEDUC, 2014a; 2014b).

O PROEMEM surgiu não apenas para “[...] expandir e melhorar educação pública no município de Manaus”, mas também para introduzir um projeto político cujos resultados assumem, assim, um processo complexo para a mercadorização da educação básica. (Aranha, 2022).

Com o intuito de ilustrar a predominância das entidades privadas no contexto da educação pública e as implicações dessas conexões estabelecidas pelo capital, fortalecidas por diversos mecanismos de controle promovidos pelo governo, é pertinente mencionar que uma das principais instituições de origem privada envolvidas no sistema educacional é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A participação do BID como entidade intelectual, com seu conjunto de formulações conceituais, provoca uma profunda interferência do capital na esfera da educação. Esse fenômeno é acompanhado pela influência ideológica e notável presença da classe burguesa, que se faz presente no ambiente escolar e deixa sua marca nas políticas educacionais (Blog do Hiel Levy, 2018; Aranha, 2022).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB, 2022) também atua em outros municípios do Amazonas, através do financiamento do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (PADEAM) que conta com o apoio da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC). Dessa forma, o PADEAM utilizou parte dos recursos para a seleção e contratação de serviços de consultoria, no qual várias empresas privadas poderiam participar do processo de seleção.

O objetivo geral do PADEAM é ampliar a cobertura e melhorar o desempenho escolar dos alunos da educação básica no Estado do Amazonas. O Programa está estruturado em três componentes: (1) ampliação da cobertura da educação básica; (2) Melhoria da progressão, conclusão e qualidade da educação básica; (3) Gestão, monitoramento e avaliação da rede escolar e do Projeto; e Administração do Programa.



Segundo o Amazonas (2022a), o Componente 1 visa ampliar a oferta e melhorar a infraestrutura da educação básica da rede estadual, por meio do financiamento de diversas ações, tais como a construção e equipagem de Centros de Educação de Tempos Integral (CETI), adaptação e equipagem de unidades escolares na mesma modalidade, ampliação do Sistema Estadual de Ensino Presencial Mediado por Tecnologia (SEEPMT) em diversas escolas, entre outras medidas visando o fortalecimento do sistema educacional. O Componente 2 aspira a melhoria dos índices de aproveitamento escolar, a redução da distorção idade/série e o aprimoramento do desempenho dos alunos no estado do Amazonas. Para atingir esses objetivos, serão implementadas ações que englobam a introdução de um programa de aceleração da aprendizagem e reforço escolar, visando corrigir a discrepância entre idade e série dos estudantes.

Além disso, está previsto o fornecimento de suporte nas disciplinas de português e matemática para alunos do ensino fundamental e médio. O plano também abrange a criação de um sistema de “coaching” para apoiar a formação em serviço de novos professores, bem como avaliar os docentes durante o período probatório. Adicionalmente, será oferecido suporte gerencial e pedagógico às escolas com baixo desempenho, visando aprimorar tanto a gestão de seus diretores quanto o desempenho de seus professores (Amazonas, 2022b).

O componente 3 almeja fortalecer a capacidade de gestão e monitoramento da SEDUC. Isso será realizado por meio de iniciativas como: Redesenho de processos administrativos entre a Secretaria, unidades regionais e escolas, juntamente com a implementação de novos módulos no sistema de gestão, incluindo o diário digital, o perfil e carreira dos docentes, e o de informação estratégica no nível da Secretaria e das escolas. Ademais, serão fornecidos os equipamentos necessários para garantir o funcionamento desses sistemas. Também está prevista a expansão do Sistema de Avaliação de Desempenho Escolar do Amazonas (SADEAM) para novas disciplinas, redes municipais e educação indígena, com um foco especial no uso dos resultados obtidos pelas redes escolares e escolas. Além disso, será realizado um fortalecimento das equipes de análise e estatísticas educacionais da SEDUC e o desenho e implementação das avaliações dos processos e impactos do Projeto, além da avaliação de algumas ações da Secretaria. No âmbito da administração do programa, serão alocados recursos financeiros para as seguintes finalidades: estabelecer a Unidade de Gestão do Programa (UGP), adquirir equipamentos necessários para o seu funcionamento e contratar serviços de apoio à gestão, bem como implementar serviços de auditoria externa (Amazonas, 2022a; 2022b).



Segundo os dados apresentados, o programa foi orçado em um valor total de US\$ 167.696.000,00, sendo que 70% desse montante, equivalente a US\$ 117.380.000,00, foi financiado com recursos do capital ordinário do Banco, enquanto os restantes 30%, correspondentes a US\$ 50.316.000,00, foram provenientes de contrapartida local. Essa distribuição de recursos considerou as fontes de financiamento e as categorias de investimento, expressas em milhões de dólares. Até a data de 28 de novembro de 2022, conforme os registros do PADEAM, o BID já havia efetuado desembolsos no valor de US\$ 116.900.199,08 para o programa (Amazonas, 2022b).

O componente 1, referente a ampliação da cobertura da educação básica se deu por meio do financiamento da construção e equipamento de 12 Centros de Educação de Tempo Integral (CETI) em 12 municípios do Amazonas como mostra a tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Cobertura da Educação Básica seguindo a Licitação Pública Nacional (LPN).

UNIDAD E EXEC.	OBJETO	MUNÍCIPIO	MÉTODO	MONTANTE ESTIMADO EM US\$	ASSINATURA DO CONTRATO	STATUS
PADEAM	Construção de CETI 1	Careiro Castanho	Licitação Pública Nacional (LPN)	5.731.483,00	29/10/2015	Contrato Concluído
PADEAM	Construção de CETI 2	Nova Olinda do Norte	LPN	5.275.697,48	07/12/2016	Contrato Concluído
PADEAM	Construção de CETI 3	Lábrea	LPN	5.362.664,83	19/10/2016	Contrato Concluído
PADEAM	Construção de CETI 4	Urucará	LPN	5.204.352,08	20/02/2017	Contrato Concluído
PADEAM	Construção de CETI 5	Tefé	LPN	4.573.954,58	19/09/2017	Contrato Concluído
PADEAM	Construção de CETI 6	Boca do Acre	LPN	5.193.693,35	12/11/2018	Contrato Concluído
PADEAM	Construção de CETI 7	Tabatinga	LPN	6.006.633,07	10/08/2018	Contrato Concluído
PADEAM	Construção de CETI 8	Benjamin Constant	LPN	5.261.800,82	21/03/2017	Contrato Concluído
PADEAM	Construção de CETI 9	Codajás	LPN	893.451,26	14/02/2017	Contrato Concluído
PADEAM	Construção de CETI 10	Eirunepé	LPN	5.331.501,15	28/08/2019	Contrato Concluído



PADEAM	Construção de CETI 11	São Paulo de Olivença	LPN	4.989,038,54	27/12/2018	Contrato Concluído
PADEAM	Construção de CETI 12	Fonte Boa	LPN	1.024.637,97	30/07/2014	Contrato Concluído

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os Componentes 2 e 3 estão relacionados, respectivamente, ao aprimoramento da progressão, conclusão e qualidade da educação básica, bem como à gestão, monitoramento e avaliação da rede escolar e do projeto. Dentro dessas duas categorias, nota-se a atuação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), que se define como:

[...] uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que promove equidade e qualidade na educação pública brasileira. Construimos soluções para o enfrentamento das desigualdades educacionais. Nossas iniciativas contribuem para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, a formação de profissionais de educação, a ampliação e diversificação do letramento e o fortalecimento da gestão educacional e escolar. Em parceria com redes de ensino, espaços educativos e outras instituições de caráter público e privado, atuamos dentro e fora das escolas públicas para diminuir as desigualdades e garantir uma educação de qualidade a todas e todos. Dessa forma, a gente estimula estudantes e profissionais da educação a se desenvolverem cada vez mais (CENPEC, 2019, [s. p.]).

Os primeiros registros dessa organização no estado do Amazonas foram encontrados no relatório anual da CENPEC a partir de 2012, com um projeto de formação continuada destinado a gestores públicos e lideranças sociais do município de Itacoatiara (AM). Em 2016, observa-se o primeiro registro do Banco Interamericano (BID) como parceiro investidor no Estado do Amazonas com a parceria da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas no Projeto: “Aceleração e reforço escolar no Amazonas” (Araújo, 2022). Desde então, a CENPEC vem operando com o serviço de reforço e correção de fluxo no Estado do Amazonas com apoio da SEDUC.

No quadro 1 abaixo, é possível visualizar as atividades realizadas pela CENPEC com o apoio da rede pública de ensino nos municípios do Amazonas, onde se encontram diversas empresas privadas.



QUADRO 1 – Ampliação da cobertura na educação básica nos municípios do Amazonas

ANO	PROJETOS/PROGR AMAS	PARCEIRO(S) INVESTIDOR(ES)	ABRANGÊNCI A	PARCEIRO (S)
2016	Aceleração e reforço escolar no Amazonas	BID	Estado do Amazonas	SEDUC-AM
2017	Aceleração e reforço escolar no Amazonas	BID	Estado do Amazonas	SEDUC-AM
2018	Avaliação do CEMEAM - Centro de Mídias do Estado do Amazonas	BID	Estado do Amazonas	SEDUC-AM
2019	Consultoria de avaliação operacional do centro de mídias de educação do Amazonas	BID e Governo do Estado do Amazonas	<i>Municípios do Amazonas</i>	Manaus, Parintins, Itacoatiara, Novo Aripuanã, Santa Isabel do Rio Negro, Nova Olinda do Norte, Guajará, Santo Antônio do Içá, Anamã e Tefé
2020	Programa Escrevendo o Futuro/Olimpíada de Língua Portuguesa	Fundação Itaú Social para Educação e Cultura. Ministério da Educação	Em todo o Brasil	Fundação Roberto Marinho, Canal Futura, Ministério da Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e Conselho Nacional de Secretários de Educação
2021	Pense Grande Digital	Fundação Telefônica Vivo	Em todo o Brasil	-
2022	Prêmio Solve For Tomorrow	Samsung Electronics	Nacional	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Todos Pela Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI).

Fonte: Elaborado pelas autoras.



Segundo informações disponíveis no site da SEDUC-AM, uma das primeiras iniciativas do PADEAM consistiu na contratação de consultorias para viabilizar a expansão do projeto *Ensino Mediado por Tecnologias*. Por meio desse projeto, o Governo do Estado oferece diariamente aulas, utilizando tecnologia via satélite, para milhares de alunos em comunidades rurais do Amazonas. As cartas-convite destinadas a empresas de consultoria interessadas em fornecer serviços para o programa, contendo todas as diretrizes e requisitos de seleção, foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DIOE).

Uma dessas empresas interessadas foi a CENPEC que foi contemplada no processo seletivo: Consultoria para Avaliação Operacional do Centro de Mídias do Amazonas (CEMEAM). Conforme, a própria CENPEC (2017, [s. p.]), “a consultoria de Avaliação Operacional do CEMEAM é resultado de um edital vencido pelo Cenpec que contempla uma série de ações visando a realizar uma avaliação processual e formativa do projeto estadual e com acompanhamento por parte de equipes da SEDUC-AM, do BID e do próprio CEMEAM” onde as ações são orientadas a:

Realizar um diagnóstico educativo, operacional e tecnológico do Sistema Estadual de Ensino Presencial Mediado por Tecnologia do Amazonas (SEEPMT); Definir necessidades de investimento para aumentar a cobertura e a qualidade do sistema; Analisar processos, práticas e pontos de estrangulamento na implementação do programa para fornecer orientações úteis que tornem o projeto de intervenção mais eficaz; Realizar o desenho de questionários, trabalho de campo para a coleta de dados primários e a análise e interpretação de dados primários e secundários (CENPEC, 2017, [s.p.]).

A CENPEC atua em parceria com ministérios e secretarias estaduais e municipais; empresas; fundações e institutos; instituições de pesquisa; organizações da sociedade civil; e organismos internacionais de cooperação. Entre esses parceiros, encontram-se nomes como: Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), UNESCO, UNICEF, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), Ministério da Educação (MEC), Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação Vanzolini, Fundação CASA, Instituto Alana, Instituto Akatu, Instituto Votorantim, Instituto Unibanco, Fundação Telefônica Vivo, Todos Pela Educação (TPE), Instituto Alcoa, Editora Moderna, Canal Futura, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Samsung Brasil.



Caetano e Peroni (2022) dividiram os processos de privatização em: execução, direção e execução e direção simultânea. Nos processos de direção, o setor privado desempenha papel no conteúdo, direção e controle das políticas públicas ou escolas, com propriedade e entrega de educação, permanecendo públicas. As instituições operam instalando uma gama de instrumentos de mercado na operação de políticas públicas. Enquanto nos processos de execução, o setor privado está diretamente envolvido na oferta de educação como creches comunitárias, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação especial. E nos processos de execução e direção foram analisados casos de colaboração entre instituições públicas e privadas.

No processo de direção da educação, as autoras Caetano e Peroni pesquisaram o programa TPE, e assim o descreveram:

[...] fundado em 2006 e reformulado em 2014, qualificando-se como Organização da Sociedade Civil de interesse público (Oscip). Seu principal objetivo é incidir em políticas públicas para a Educação Básica brasileira, em nível nacional, a partir da bandeira do direito à qualidade da educação. Para isso, propôs cinco metas a serem alcançadas até 2022, ano do bicentenário da independência do Brasil. Para compreendermos o TPE, faz-se necessário entendermos as relações entre os sujeitos individuais ou coletivos que atuam no movimento. O TPE estabelece relações de parceria com o empresariado nacional e com instituições internacionais. Assim, na sequência, apresentaremos as relações que os membros do conselho de governança e de fundadores mantêm com instituições privadas (Caetano; Peroni, 2022, p. 8).

No quadro 2, podemos visualizar algumas das várias instituições que fazem parte do Todos Pela Educação:

QUADRO 2 – Instituições que fazem parte do TPE

INSTITUIÇÕES
CENPEC
Fundação Lemann
Fundação Roberto Marinho
Fundação Cecília Souto Vidigal
Instituto Ayrton Senna
Instituto Natura
Instituto Inspirare
Instituto Unibanco

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Segundo as pesquisas conduzidas por Caetano e Peroni (2022) no contexto do movimento “Todos pela Educação” e baseando-se nas análises previamente realizadas



pelos autores Bernardi, Uczak e Rossi (2018), destaca-se que esse movimento assume atualmente a forma de uma rede política que incorpora uma diversidade de participantes, abrangendo desde acadêmicos até organizações tanto do setor público quanto privado. Embora esses atores possuam objetivos variados, eles convergem em direção ao propósito comum de exercer influência na área da educação. Quanto às evidências que respaldam a influência do TPE:

- a) a forte interlocução e ação junto ao governo federal na construção do plano de ações articuladas (PAR), em que participou da elaboração e da execução alô ofertar soluções no guia de Tecnologias Educacionais; e,
- b) na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), o qual monitora, através do Observatório do PNE e da publicação do Anuário Brasileiro da Educação Básica - TPE, de responsabilidade conjunta com a editora Moderna, quando se organizaram, se multiplicaram em outros movimentos e passaram a participar da elaboração de políticas educacionais no País, ampliando sua influência e ação (Uczak; Bernardi, 2021, p. 4).

Segundo a análise de Caetano e Peroni (2022), ocorreram mudanças profundas no papel do Estado, que deixou de ser o executor de políticas para se tornar o controlador de resultados, promovendo a ideologia do empreendedorismo e transferindo as responsabilidades para o poder público. Elas também enfatizam que o argumento do individualismo é um ponto de convergência entre neoconservadores e neoliberais. Além disso, a dicotomia entre individualismo e coletivismo, que representa a proposta democrática de universalização de direitos, unifica as nuances das perspectivas neoconservadoras e de mercado. Ambas as abordagens criticam o coletivismo e defendem o individualismo, questionando a presença do Estado na regulamentação do mercado, assim como questões ideológicas, morais ou religiosas, sendo consideradas de competência das esferas familiares e individuais.

Os elementos característicos do Estado neoliberal contemporâneo têm como finalidade prosseguir com a estratégia de construir uma sociedade orientada pelo mercado, com o propósito de separar o âmbito público da esfera estatal. Isso resulta na criação de um domínio público que não possui uma conexão direta com o Estado, mas que atua como um ambiente propício para o desenvolvimento do empreendedorismo e suas implicações. Essa abordagem na concepção do público não estatal gera consequências que afetam uma



variedade de áreas da vida em sociedade, indo além dos direitos do cidadão para abranger a prestação de serviços sociais (Puello-Socarrás³ *apud* Caetano; Peroni, 2022).

Em outras palavras, no contexto da educação, esta é disponibilizada à população, mas a sua execução não necessariamente fica sob responsabilidade do Estado. Isso abre espaço para que outras instituições, como aquelas vinculadas ao terceiro setor - como institutos, fundações, associações e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) -, possam oferecer esse serviço ao público por meio de mecanismos como a terceirização, parcerias, vouchers e outras abordagens. Além disso, o Estado influencia o conteúdo da proposta educacional ao adquirir uma ampla gama de programas ligados a essas instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa apontam para um cenário educacional complexo. Caetano e Peroni (2022) destacam a privatização do público, desafiada por entidades ligadas ao mercado e ideologias neoconservadoras na política educacional. O Estado empreendedor transfere responsabilidades para o indivíduo, associando problemas sociais à competitividade. A presença do BID intensifica essa dinâmica, deixando a marca da classe burguesa. No Amazonas, o PADEAM, financiado pelo BID, revela a participação de empresas privadas na prestação de serviços educacionais, evidenciando a forte influência do capital.

Em suma, ao analisar os dados desta pesquisa, fica evidente que as parcerias público-privadas, por meio de programas como o PADEAM, empregam diversos discursos que promovem a competitividade entre as pessoas. O neoliberalismo defende que o indivíduo é responsável por suas conquistas, promovendo a ideia de “meritocracia” nas escolas (Silva; Lima; Oliveira, 2018). Portanto, é crucial realizar uma análise e reflexão sobre essas organizações para compreender as ideologias e propostas curriculares que elas consideram *melhores*, por refletirem concepções neoliberais que transferem para o setor privado a responsabilidade de proporcionar melhores condições para a educação

³ PUELLO-SOCARRÁS, J. Nueva gramática del Neoliberalismo. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.



básica, uma atribuição que deveria ser do Estado. Assim, o PADEAM não se restringe a um simples programa; é, na verdade, um mecanismo empregado pelo neoliberalismo para difundir suas ideologias nas escolas, que instiga a transformação dos indivíduos em agentes societários.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. BID e Seduc selecionam empresas de consultoria para atuar em ações do Padeam. **Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Estado do Amazonas**, 01 dez. 2014a. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/bid-e-seduc-selecionam-empresas-de-consultoria-para-atuar-em-acoes-do-padeam/>. Acesso em: 23 maio 2023.

AMAZONAS. Convite à manifestação de interesse. **Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Estado do Amazonas**, 2014b. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/02/Manifestacao-de-Interesse-Avaliacao-Operacional-do-SEEPMT-1.1.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2023.

AMAZONAS. Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas - PADEAM. **Governo do Estado do Amazonas**, 2018. Acesso em: 19 mar. 2023. Disponível em: <https://www.serfi.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/APRESENTA%C3%87%C3%83O-DO-CONTRATO-EMPRESTIMO-2992-OC-PADEAM.pdf>.

AMAZONAS. Relatório N° 01/2022 - COMREX. **Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**, 2022a. Disponível em: <https://www.iadb.org/Document.cfm?id=EZSHARE-522669563-42192>. Acesso em: 22 mai. 2023.

AMAZONAS. Relatório N° 02/2022 - COMREX. **Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**, 2022b. Disponível em: <https://www.iadb.org/Document.cfm?id=EZSHARE-522669563-42192>. Acesso em: 22 mai. 2023.

ARANHA, Rudervania da Silva Lima. **PROEMEM: a lógica do mercado na educação pública municipal de Manaus**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6134>. Acesso em: 26 jun. 2022.

ARANHA, Rudervania da Silva Lima. **O capital financeiro na educação pública de Manaus/AM: as estratégias mercantilistas para o endividamento público**. 2022. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8919>. Acesso em: 18 jul. 2022.

ARANHA, Rudervania da Silva Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. Parceiros privados na educação pública municipal de Manaus. **Educação Online**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 13, n. 28, p. 20–38, 2018a. DOI: 10.36556/eol.v13i28.422. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/422>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ARANHA, Rudervania da Silva Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. de. Um olhar sobre a relação entre a Secretaria Municipal de Educação de Manaus/Am e a Fundação



Itaú Social. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 69–82, 2018b. DOI: 10.29280/rappge.v2i2.4123. Acesso em: 13 ago. 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/4123>.

ARAUJO, Carla Valentim Baraúna de. **Projeto Avançar**: desafios e possibilidades na correção do fluxo numa escola estadual de Manaus–Amazonas. São Paulo: Dialética, 2022.

ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo Portela de; MOCARZEL, Marcelo. O Público, o Privado e o Comunitário: Novas Categorias Administrativas para as Escolas Brasileiras e a Disputa pelo Fundo Público na Educação. **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 30, n. 128, p. 1-22, 2022. DOI: 10.14507/epaa.30.7172. Acesso em: 02 fev. 2023. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7172>.

AZEVEDO, Fernando. Manifesto dos educadores democratas em defesa do ensino público (1959). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 75, n. 179, p. 80-81, jan./dez. 1994.

BERNARDI, Liane Maria; UCZAK, Lucia Hugo; ROSSI, Alexandre José. Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a discussão da Base Nacional Comum. **Currículo Sem Fronteiras**, [s. l.], v. 18, n. 1, p.29-51, 2018. Acesso em: 06 abr. 2023. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/bernardi-uczak-rossi.html>.

BLOG DO HIEL LEVY. Com recursos do BID garantidos, escolas de tempo integral avançam. **Blog do Hiel Levy**, 2018. Disponível em: <https://blogdohiellevy.com.br/com-recursos-do-bid-garantidos-escolas-de-tempo-integral-avancam>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27833 – 27841.

BRASIL. **Lei n.º 13.868/2019**. Altera as Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir disposições relativas às universidades comunitárias. Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/9/2019, Página 1.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo - projetos em disputa. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-26, 22 jul. 2022. DOI: 10.22409/tn.v20i42.53469. Acesso em: 14 de mar. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53469/32448>.

CENPEC. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Relatório de Atividades. **CENPEC**, 2017. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Relat%C3%B3rio-2017.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CENPEC. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Relatório de Atividades. **CENPEC**, 2019. Acesso em: 14 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rio-institucional-2018.pdf>.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2003.

IDB. Inter-American Development Bank. Plano de Aquisição BR-L1328. **IDB**, 2022. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/project/BR-L1>. Acesso em: 02 abr. 2023.



JORNAL DO BRASIL. A falsa filantropia precisa acabar. **Revista do TCU**, n. 1, v. 108, p. 79, 2007. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/480>. Acesso em: 23 jan. 2023.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação - Projetos em disputa? **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 9, n. 17, 2016. DOI: 10.22420/rde.v9i17.584. Acesso em: 28 jul. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/584>.

SILVA, Luzardina Miranda e; LIMA, Elizete Guedelha de; OLIVEIRA, Maria da Conceição Moraes de. A influência do modelo neoliberal na educação brasileira. **Revista Amazonida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 30–45, 2018. DOI: 10.29280/rappge.v3i1.4394. Acesso em: 19 ago. 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/4394>.

SOARES, Guilherme Araújo; TRINDADE, Luana Dias; DOLZANE, Maria Ione Feitosa Dolzane. Reflexões sobre a educação brasileira: a implementação do Novo Ensino Médio e seus impactos na juventude amazonense. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. e-rte331202441, 2024. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.68598. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rteo/article/view/68598>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TONUCCI, João. Entre o privado, o público eo comum: repensando os direitos de propriedade da terra. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 4, p. 2310-2339, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/ZSnMTSKW3pn9MBdkZ9qXywm/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2023.

UCZAK, Lucia Hugo; BERNARDI, Liane Maria. A organização e ação do movimento empresarial Todos pela Educação durante a pandemia da COVID-19. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, n. 38, ago. 2021. Acesso em: 16 dez. 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/jpe/v15/1981-1969-jpe-15-e79504.pdf>.

Artigo recebido em: 15 de agosto de 2024

Aceito para publicação em: 15 de maio de 2025

Manuscript received on: August 15th, 2024

Accepted for publication on: May 15th, 2025

